

BECO, SEM SAÍDA

O GOVERNO TEMER ENROLA-SE
NA ECONOMIA, NOS ESCÂNDALOS E NO
CONFRONTO COM AS CORPORAÇÕES

por ANDRÉ BARROCAL

A convite de um amigo, Michel Temer participou na segunda-feira 28 à noite de um seminário sobre o futuro do Brasil em um hotel ao lado da residência oficial. No fim do discurso, comentou: “Nós não temos instituições muito sólidas”. E acrescentou: qualquer “fatozinho” consegue abalá-las. Seria a visão de um observador das redondezas ou uma autocrítica? O fato é que seu governo entra no último mês do ano não exatamente sólido. Longe disso. No País, reinam o caos e a incerteza, inclusive sobre o futuro do presidente.

Um dos principais argumentos dos defensores do *impeachment* de Dilma Rousseff, a troca de governo não levou à melhora da economia. Ao contrário. O Produto Interno Bruto derrete e caminha-se para mais recessão em 2017. Na política, Temer tornou-se alvo de pedidos de cassação por causa de sua mal explicada interferência na refrega entre os ex-ministros Geddel Vieira Lima e Marcelo Calero em torno da construção de um prédio

residencial em uma área em Salvador tombada pelo patrimônio histórico. A disputa merece agora a atenção da Procuradoria-Geral da República. Não bastasse, o presidente entrou no meio do fogo cruzado entre o Congresso e a Operação Lava Jato, tiroteio que antecedeu a assinatura dos temidos acordos de delação premiada da Odebrecht na quinta-feira 1º.

Acabou? Não! O Brasil adentra em uma grave crise social. Entre maio e outubro, 333 mil empregos com carteira assinada foram fechados. Os demitidos engrossaram um contingente de 12 milhões de desempregados. O Bolsa Família, colchão de renda nas camadas mais pobres, excluiu 1,1 milhão de beneficiários em novembro por ordem oficial, na contramão de um debate mundial, segundo reportagem de Carlos

**OS APOIADORES
DO IMPEACHMENT
COMEÇAM A FICAR
IMPACIENTES**





Manifestantes contrários à PEC 55 são violentamente reprimidos em Brasília. Meirelles tenta forçar os estados a reproduzir o austericídio, enquanto Temer pede "serenidade e paciência"

Drummond à página 26. O Nordeste vive a pior seca em um século. No Rio de Janeiro, somem remédios dos hospitais, restaurantes populares mantidos pelo governo são fechados, fruto da falta de verba. Cada vez mais, a massa de defensores do *impeachment* de Dilma olha desconfiada para a atual administração. Na quarta-feira 30, após meses de um silêncio conivente, ouviram-se panelaços nas principais cidades do País. Enquanto isso, cresceu a violência nas repressões a estudantes e movimentos

sociais que protestam contra as medidas de austeridade, como se viu no confronto em Brasília no dia anterior.

“Vamos ter uma convulsão social. A recessão que derrubou a Dilma vai derrubar o Temer. Mas o que vai vir depois, ninguém sabe”, teoriza o senador petista Lindbergh Farias, líder estudantil no *impeachment* de Fernando Collor em 1992.

A recessão marcou presença no terceiro trimestre, quando o leme nacional estava com Temer. Na quarta-feira 30, o IBGE informou o encolhimento de 0,8% do PIB ante os três meses anteriores, declínio generalizado, a atingir serviços, indústria, agropecuária e exportações. O investimento, aposta para empurrar a economia, tombou 3,1% após um soluço positivo de 0,5% de abril a junho. Um resultado fácil de entender, segundo o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito.

O consumo, diz, segue em queda por causa do recuo do emprego e da renda. As empresas não investem por causa da ociosidade elevada e aos juros altos do Banco Central, cortados em mero 0,25 ponto porcentual no dia da divulgação do PIB, para 13,75%. As exportações não encontram facilidades pela persistente crise internacional. Os gastos do governo caem e reforçam a contração da economia. “Os componentes da demanda doméstica desaceleraram fortemente e isso tende a piorar, o governo não consegue apontar de onde virá a demanda”, afirma Perfeito. “A única proposta até agora, a PEC dos Gastos Públicos, não traz nenhum elemento dinâmico para o PIB no curto prazo.”

Em comunicado, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial assinalou uma “recessão dentro da recessão”. O desempenho do PIB no terceiro trimestre, descreve o documento, rompe com uma trajetória de suavização, ainda que muito lenta, da crise econômica, causa

JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO E LULA MARQUES/AGÊNCIA PT



uma dura reversão de expectativas e adia a recuperação. “Os dados mostram uma nova piora da economia, como se estivéssemos reentrando em uma recessão.”

Em almoço com jornalistas no Palácio do Planalto, Temer pediu “serenidade e paciência”. Nas projeções de seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a atividade só voltará ao azul no segundo semestre de 2017. A dupla ainda acredita no plano de austeridade. Para eles, o congelamento por 20 anos das verbas sociais e uma futura reforma da Previdência conseguirão inspirar “confiança” nos agentes e estimular os investimentos privados.

O otimismo começa a sumir, no entanto, após dar as caras no pós-*impeachment*. Em outubro e novembro, recuou o índice de confiança no setor de serviços, segundo a Fundação Getúlio Vargas, e do empresário industrial, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria. No mês passado, havia diminuído entre os consumidores (CNI) e no comércio (FGV). A própria Fazenda baixou a bola. Na semana seguinte à deposição de Dilma, a equipe econômica elevava a estimativa de expansão para o próximo ano de 1,2% para 1,6%, mas acaba de refazer as contas para 1% (e 2017 ainda nem começou). No “mercado” há quem não consiga enxergar nada diferente de zero. Projeção, aliás, recém-divulgada pela OCDE, organização dos países desenvolvidos.

Antes do novo PIB, economistas cujas opiniões são valorizadas pelo governo demonstravam pessimismo. Paulo Leme, do Goldman Sachs, dizia haver otimismo exagerado surgido de um diagnóstico errado, a aposta de que o investimento privado conseguiria empurrar a economia. Endividadas e sem estímulo da demanda, as empresas não têm investido. Zeina Latif, da XP Investimentos,

afirmou que a lua de mel do “mercado” com o governo está perto do fim. Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, passou a defender mais impostos e a achar que a incerteza aumentará a partir da delação da Odebrecht.

Para o economista João Sicsú, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-diretor do Ipea, o governo deveria

Janot fica com os seus



**AO CONTRÁRIO
DAS PROMESSAS,
A RECESSÃO
TENDE A SE
PROLONGAR**

adotar um programa emergencial de obras, reduzir os juros, negociar uma alta temporária da dívida e, a exemplo da França, taxar os ricos e milionários. Rumo oposto ao adotado até agora, de mergulho na austeridade com o congelamento por 20 anos dos investimentos públicos, defendido por Brasília como essencial para conter a dívida. Um congelamento que Meirelles agora quer ver reproduzido nos estados, motivo de queixas entre os governadores do Nordeste.

O congelamento agravará uma situação esboçada no ano passado com a austeridade adotada por Dilma Rousseff. Em 2015, houve um encolhimento geral nos ganhos dos brasileiros, informa a nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a Pnad. A renda média mensal caiu 5%, para 1.853 reais. A trajetória foi um pouco pior para os 10% mais pobres (queda de 7,1%, para 261 reais) e no Norte e Nordeste. O contingente dos brasileiros que recebem até dois salários mínimos era de 58% em 2014 e subiu a 62% em 2015. Há mais pistas de que o País envereda pela reconcentração de renda. No caso dos domicílios, o Índice de Gini ficou quase estável de 2014 para 2015, após cair desde 2004. O Gini varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, maior a concentração de renda.

Lima e Dallagnol: chantagem e ameaças ao Parlamento





MARCELO CAMARGO/ABR, LUIS MACEDO, LULA MARQUES/AGÊNCIA PT E GERALDO BUBIAK/AGB/FOLHAPRESS

Os gastos públicos com saúde e educação, aqueles que Temer tenta congelar, são os mais dinâmicos na redução da desigualdade, garante o economista Fernando Gaiger, do Ipea. Segundo o pesquisador, do total aplicado em educação, 12,5% atendem alunos pertencentes às famílias na faixa dos 10% mais pobres, enquanto os filhos dos 10% mais ricos recebem 7,6% (os dados são de 2008). Na saúde, 12,5% das despesas com hospitalização beneficiam os 10% mais pobres e só 3,1%, os mais ricos. “O problema fiscal está dado, há que se tomar alguma medida. Agora, o congelamento é altamente

regressivo, pois vai controlar justamente os gastos mais progressivos.”

Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz explica em seu mais recente livro, *O Grande Abismo*, as causas da desigualdade na renda. Ela está relacionada, diz, com a “desigualdade na saúde, no acesso à educação e na exposição a riscos ambientais”. Em resumo, sem acesso a serviços públicos, “os filhos dos pobres terão perspectivas de vida diferentes das dos ricos”. No livro, Stiglitz aponta outro vilão da desigualdade, o peso crescente do sistema financeiro em um país. A financeirização, no caso brasileiro, chegou de

Os deputados aproveitaram a madrugada para desfigurar o pacote anticorrupção. A emenda é tão ruim quanto o soneto. Na quinta 1º, Calheiros e Moro se encontraram

forma precoce, de acordo com o relatório anual da Unctad, agência das Nações Unidas para comércio e desenvolvimento, divulgado em setembro.

A aceleração do peso do setor financeiro, tudo indica, tem relação direta com os juros do BC, constantemente elevados desde os anos 1990. O próprio Temer é um dos beneficiários da generosidade. Na eleição de 2014, o presidente declarou um patrimônio de 7,5 milhões de reais, dos quais 30% depositados em uma aplicação financeira no Santander.

É para impedir a escalada, nos próximos anos, da dívida pública em virtude dos juros que foi planejada a limitação dos gastos sociais. “A PEC sinaliza uma resolução do problema da dívida, mas não resolve. Sem crescimento não há solução, e a proposta não garante a retomada do crescimento”, diz Julio Miragaya, presidente do Conselho Federal de Economia. “Há possibilidade concreta de a desigualdade aumentar.”

Enquanto os senadores votavam a PEC em primeiro turno, na terça-feira 29, os arredores do Congresso se converteram em uma praça de guerra. Cerca de 10 mil manifestantes, segundo a polícia, ou 40 mil, de acordo com os organizadores, marcharam pela Esplanada dos Ministérios contra a proposta e o governo. Em sua maioria estudantes, os mesmos que têm ocupado universidades e escolas pelo País. Na linha de frente do ato, ao lado de sindicalistas e sem-teto, as presidentes da UNE, Carina Vitral, e da Ubes, Camila Lanes.

A chegada do protesto ao Congresso provocou uma briga que não se sabe ao certo como começou. Houve provocação contra policiais que isolavam o prédio,

tentativas de forçar a entrada, carros virados e incendiados. Ação de *black blocs*? Ou de infiltrados interessados em confusão? A Polícia Militar do Distrito Federal reprimiu com bombas de efeito moral, spray de pimenta, cavalaria e cassetetes. Em um vídeo disponível na internet, um fardado define para deputados os manifestantes: “90% é bandido”. Em resposta, integrantes dos protestos picharam e depredaram prédios públicos.

No plenário da Câmara, o deputado paulista Ivan Valente, do PSOL, comentou: “Outro dia entraram aqui 50 pedindo ditadura e a polícia não fez nada. Nunca vi uma repressão tão brutal como hoje”. O ex-PM Alberto Fraga, do DEM do Distrito Federal, defendia os colegas de farda: “São manifestantes pagos por partidos”. Em nota oficial, o governo do DF tentou justificar a atitude dos policiais: “A violência política é inaceitável e deve ser combatida”. Por intermédio de um porta-voz, Temer classificou o protesto de “vandalismo”. “Querem jogar a população contra o movimento social”, denunciou Carina Vitral, da UNE.

Apesar da confusão do lado de fora, o congelamento foi aprovado com folga, 61 votos a 14, sinal de que o governo segue com um sólido apoio parlamentar. Indício também de que os congressistas eleitos



com doação empresarial não têm motivo para ouvir os clamores das “ruas”. Ou de que só tem ouvidos para uma parte das “ruas”, aquela pró-*impeachment*, de classe média alta, que prometia sair de casa no domingo 4 para defender a Lava Jato e o juiz Sergio Moro.

No domingo anterior, Temer surgira em uma inesperada entrevista coletiva no Planalto ao lado dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Renan Calheiros, na qual prometia vetar a anistia ao crime de caixa 2, se aprovada no Parlamento. Era uma tentativa de não atrair a ira de



Na dança das cadeiras, Eliseu Padilha continua firme. Romero Jucá voltou a ser acusado de receber dinheiro ilícito

movimentos antipetistas, entre eles o Vem Pra Rua e o MBL, organizadores da manifestação do domingo 4. Às vésperas do ato, o presidente aproveitara eventos públicos para se declarar um defensor das marchas de junho de 2013, outro afago para o MBL e companhia. Um de seus principais conselheiros, Moreira Franco, tem dito que “não se pode afrontar as ruas”.

A imagem presidencial perante “as ruas” ficou, no entanto, arranhada com o episódio do prédio em Salvador que provocou a demissão dos ministros da Cultura e da Secretaria de Governo. Nos relatos de Calero, ex-titular da Cultura, Temer pressionava por uma solução capaz de garantir a construção do prédio onde Vieira Lima tem apartamento. Ao contrário do que o presidente tem afirmado, não havia um conflito entre

LADEIRA ABAIXO

A queda da economia em relação ao trimestre anterior, em %



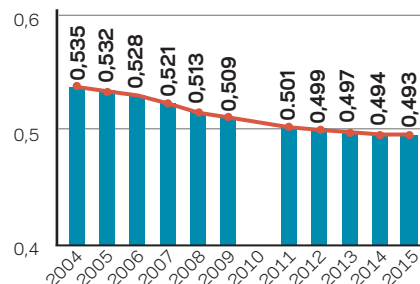
Taxa de investimento em 2016, em %



Fonte: IBGE

RENDA MAIS CONCENTRADA

Índice de GINI* domiciliar



*Quanto mais próximo de zero, maior a concentração de renda

Fonte: PNAD 2015



órgãos de governo a ser arbitrado. Um parecer da Advocacia-Geral da União tinha dado o assunto por encerrado.

O episódio abriu uma crise e levou a cúpula do PSDB, segundo maior partido governista, a sair em socorro de Temer. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Aécio Neves foram ao Palácio da Alvorada almoçar com o peemedebista e, na saída, hipotecaram-lhe apoio. Aécio criticou Calero, com insinuações de que ele deveria ser investigado por gravar conversas com o presidente. FHC comentou que o governo é frágil, “mas é o que tem”. Renan Calheiros tem aconselhado Temer a dar mais espaço ao tucanato na equipe, no que seria um casamento para enfrentar o terremoto da delação da Odebrecht.

O clima com a opinião pública azedou de vez na quarta-feira 30, quando os deputados decidiram peitar o Ministério Público ao desfigurar na madrugada o pacote de medidas de combate à corrupção proposto pela força-tarefa da Lava Jato. Os parlamentares fizeram um favor ao Estado de Direito ao excluir propostas autoritárias, como aquela que autoriza o uso de provas ilícitas obtidas de “boa-fé”, aplica “pegadinhas” em candidatos a cargo público

PARA PIORAR O CLIMA, A ODEBRECHT AVANÇA NA DELAÇÃO

e restringe a concessão de *habeas corpus*. Mas aproveitaram para anistiar o caixa 2 do passado e ameaçar a autonomia de juízes e procuradores por meio da possibilidade de processá-los por crime de responsabilidade. É o clássico caso em que a emenda ficou pior do que o soneto.

A reviravolta foi aprovada de forma ecumênica pelos partidos, por 313 votos a 132, após a apresentação de uma emenda pelo líder do PDT, Weverton Rocha, do Maranhão. E provocou cenas de um novelão que merecia o nome de “Hospício Brasil”.

Em Curitiba, procuradores da Lava Jato convocaram uma entrevista coletiva para chorar as pitangas (seria o começo do fim da operação, afirmaram) e pressionar Temer (ameaçaram uma renúncia coletiva, caso o presidente sancione a lei). Apesar de considerar que seus comandados se excederam no ultimato, o procurador-geral, Rodrigo Janot, divulgou uma nota na qual diz que a corporação “não apoia o texto que

FHC e Aécio Neves teriam coragem de assumir a direção?

restou”. Também em nota, a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, defendeu a corporação: “Já se casaram magistrados em tempos mais tristes”. Juízes e promotores fizeram um protesto na porta do Supremo contra a lei.

A lvo de mais de dez processos no STF, Calheiros enfrentou a reação corporativa. Segundo ele, só no “fascismo” as propostas originais do Ministério Público seriam aprovadas. Mais: tentou botar a lei em votação no Senado um dia depois, para perplexidade geral, mas acabou derrotado. Na quinta-feira 1º, ao menos sentiu o sabor de ver Sérgio Moro, a quem chamou de “juiz de exceção”, sentado no Senado durante um debate sobre uma lei de abuso de autoridade. Horas depois, viraria réu no STF, acusado de peculato, porque uma ex-amante, mãe de um filho seu, teve as despesas pagas por uma empreiteira.

Com uma crise econômica, política e social em curso, qual o futuro do País e de Temer? “Não dá para dizer nem se o governo termina”, avalia o cientista político Carlos Ranulfo Melo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Além do PSOL, o PT também prometeu ingressar nos próximos dias com um pedido de *impeachment* contra o presidente. Lula passou a defender com mais vigor novas eleições, alternativa à escolha indireta por meio do Congresso, que tem um candidato (um auxiliar lançou o nome de FHC). “A crise entre os poderes por causa da Lava Jato é de grandes proporções, a crise social tende a se agravar com o congelamento de gastos, a economia não reage.”, enumera Melo. “Quem achou que a crise acabaria com a remoção da Dilma agora viu que não era bem assim.” E ainda há a delação da Odebrecht. •